

Dívida Pública Dívida do governo com títulos já chega a R\$ 845,4 bilhões

Novas emissões e juros altos elevaram o total em R\$ 35,13 bilhões este ano

As emissões de novos títulos do governo federal e os juros altos colaboraram para que a dívida pública interna em títulos tivesse um crescimento de 2,3% em fevereiro e chegasse a R\$ 845,4 bilhões – um crescimento de R\$ 18,69 bilhões sobre janeiro. Nos dois primeiros meses deste ano, a dívida ficou R\$ 35,13 bilhões maior.

Segundo dados divulgados ontem pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central, só no mês passado as emissões de títulos públicos superaram os resgates em R\$ 9,5 bilhões.

Das operações com títulos feitas no mês passado, R\$ 13,7 bilhões corresponderam à colocação de contratos de *swap* reverso no mercado. Este tipo de operação, o Banco Central oferece aos investidores (em geral, grandes bancos) contratos com remuneração atrelada aos juros (Selic) em troca da variação do câmbio em um determinado período.

O contrato é chamado de reverso porque o normal é oferecer a variação do dólar em troca da oscilação dos juros. Com o excesso de moeda norte-americana no mercado

e juros elevados, os bancos estavam, em fevereiro, preferindo aplicações remuneradas pela taxa Selic.

Essas operações serviram para reduzir a parcela da dívida atrelada ao dólar, que caiu de 8%, em janeiro, para 6% em fevereiro. Essa redução foi beneficiada também pela apreciação do real frente ao dólar, que foi de 1,14% no mês passado, e pelo resgate de títulos cambiais no valor de R\$ 1,8 bilhão.

Hoje, a parcela da dívida pública corrigida pelo dólar é muito pequena – a menor da história. Em setembro de 2002,

por exemplo, quando o mercado ainda tinha dúvidas sobre a sucessão presidencial, essa parcela chegou a corresponder por 40,67% do total da dívida.

Outro fator que contribuiu para o aumento da dívida é o processo de alta da taxa de juros básica, a Selic, que desde setembro sofreu sete aumentos consecutivos – ontem subiu para 19,25% ao ano. O aumento dos juros tem impacto negativo para a administração da dívida porque aumenta a despesa, mas é bom para investidores que compram títulos do governo federal e recebem remuneração.